

Estados entregam projeto para aumentar limite de endividamento externo

por Marcos Magalhães
de Brasília

Uma comitiva de oito secretários de Fazenda e cinco representantes de secretários entregou ontem ao presidente do Senado, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), a minuta de um projeto de resolução que transforma em internas as dívidas externas contraídas pelos estados e, ao mesmo tempo, aumenta o seu limite de endividamento interno, para permitir que os governos obtenham empréstimos no Banco do Brasil para refinarciar os antigos débitos contraídos no exterior.

"Trata-se de uma medida complementar ao projeto de lei apresentado à Câmara pelo deputado Ibsen Pinheiro", explica o secretário de Fazenda de Minas Gerais, Luis Fernando Wellisch. Esse projeto, apresentado durante o encontro dos governadores do PMDB com o presidente do partido, Ulysses Guimarães, na semana passada, estabelece que os estados pagarem apenas 10% do serviço da dívida em 1989, em vez dos 25% propostos pelo governo federal em sua proposta de orçamento.

Os restantes 15%

iriam refinanciados pelo Banco do Brasil.

O senador Humberto Lucena recebeu bem a sugestão dos secretários. "Em tese, o pleito é justo", avaliou o senador, que enviou cópia da minuta ao consultor geral do Senado, Alexandre Duprat, para se certificar que ela está de acordo com o regimento interno da casa. "E recomendei aos secretários que procurassem obter urgência para o projeto de lei do deputado Ibsen Pinheiro na Câmara, pois aqui nós o aprovaríamos, uma vez que o Senado se compõe exatamente de representantes dos estados."

Se a minuta for avalizada por Duprat, Lucena a transformará em projeto de resolução, que será apresentado à mesa do Senado. Segundo o secretário de Minas, a sua eventual aprovação pelo Senado permitiria a rolagem das dívidas estaduais no Banco do Brasil, com cinco anos de carência e sete anos para pagamento, como pleiteiam os estados. Além disso, os governadores não esgotariam, após essa operação, os seus limites de endividamento interno. "Nós queremos regularizar de vez a situação dos estados", afirma Wellisch.